Nos últimos anos, o tema ESG deixou de ocupar um papel periférico no mercado financeiro e passou a integrar o centro das discussões estratégicas. No universo da previdência complementar, porém, essa pauta exige uma abordagem mais precisa, menos retórica e mais conectada ao dever fiduciário das entidades fechadas (EFPC).

Quando o horizonte de investimento é de décadas e o objetivo é garantir o pagamento de benefícios futuros, ESG não pode ser tratado como tendência ou atributo reputacional: precisa ser compreendido como parte estruturante do processo de investimento e da gestão de riscos.

1. ESG como discurso ou como processo

A avaliação de fundos e mandatos tem revelado uma distinção fundamental:

ESG como discurso

- Presente em apresentações institucionais e materiais comerciais.
- Geralmente bem organizado do ponto de vista comunicacional.
- Frequentemente desconectado da tomada de decisão real.

ESG como processo

- Integrado à governança, à análise de risco e ao monitoramento contínuo.
- Evidente especialmente em situações sensíveis, como falhas de governança, eventos socioambientais relevantes, controvérsias reputacionais ou decisões difíceis em momentos de estresse.

Contribui para maior disciplina e consistência do processo decisório.

Para EFPC que administram planos BD, CD ou CV, a pergunta relevante deixa de ser se um fundo “tem ESG”, e passa a ser:

Como os fatores ambientais, sociais e de governança influenciam a decisão de investimento, o acompanhamento das carteiras e a resposta a eventos adversos?

É nesse ponto que ESG deixa de ser acessório e se torna pilar de processo.

2. A pergunta inevitável: ESG entrega retorno?

O avanço do tema ESG gera uma dúvida recorrente — e legítima:

ESG melhora o retorno para as EFPCs?

A resposta exige cuidado.

- ESG não é gerador automático de alfa. Não substitui análise econômica, não elimina volatilidade e não garante performance superior no curto prazo.
- Ignorar ESG também é arriscado. Riscos ambientais, sociais e de governança podem resultar em perdas significativas ao longo do tempo.

Assim, para investidores institucionais de longo prazo, a pergunta correta não é:

“ESG gera mais retorno?”

Mas sim:

ESG melhora o retorno ajustado ao risco?

Reduz perdas potenciais e eventos extremos ao longo de décadas?

Na prática, fundos que integram ESG de maneira consistente tendem a apresentar:

- processos decisórios mais disciplinados;
- governança mais robusta;
- maior resiliência em períodos de estresse;
- menor exposição a riscos não financeiros que inevitavelmente se tornam riscos financeiros.

Embora isso não implique desempenho superior em todos os ciclos, indica menor propensão a danos estruturais no longo prazo.

3. ESG, dever fiduciário e horizonte de longo prazo

Em previdência complementar, o foco não está em ganhos táticos, mas no equilíbrio contínuo entre ativos e passivos, conforme as diretrizes das Políticas de Investimentos. Sob essa ótica, ESG faz sentido quando é tratado como:

- ferramenta de gestão de risco,
- elemento de consistência na tomada de decisão,
- mecanismo de proteção do capital no longo prazo.

Quando reduzido a discurso, ESG perde relevância.

Quando incorporado ao processo, fortalece a qualidade das decisões, sem prometer retornos extraordinários, mas contribuindo para a sustentabilidade do patrimônio e para o dever fiduciário.

Considerações Finais

O debate sobre ESG nas EFPC amadureceu. A questão central já não é se o ESG é relevante, mas como ele é integrado aos processos de investimento.

Mais do que perguntar se ESG gera retorno, talvez o ponto essencial seja:

Qual é o custo de ignorar fatores ESG em carteiras com horizonte de décadas?

Essa reflexão é fundamental para gestores, consultores, comitês de investimento e conselhos, especialmente em um ambiente no qual risco, governança e responsabilidade fiduciária estão cada vez mais interligados.

*Membro da Comissão Técnica de Investimentos Sudoeste da Abrapp.

Fonte: Abrapp em Foco, em 26.02.2026.